

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1997

GAZETA MERCANTIL

Página B-1

Alta dos juros vai onerar mais as contas públicas

Se as taxas fixadas pelo BC permanecerem, o governo gastará R\$ 2 bi a mais de juros reais a cada mês, segundo Raul Velloso

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Não é só a chamada "economia real" que vai sofrer com a brusca elevação de juros da semana passada. A alta também custará caro ao próprio governo. O setor público consolidado – União, estados, municípios e estatais – pagará cerca de R\$ 2 bilhões a mais de juros reais da dívida interna e externa a cada mês que a TBar (3,23%) e a TBC (3,05%) permanecerem nos novos patamares fixados pelo Banco Central (BC). Outro efeito negativo nas contas públicas é a queda na arrecadação, em consequência da diminuição da atividade na economia.

A área econômica do governo federal está aguardando o comportamento do mercado nesta semana para avaliar se será necessário um novo aperto nos gastos. Por isso, até agora ainda não foi divulgado o decreto de reprogramação financeira, que já continha cortes no orçamento para investimentos até dezembro com o objetivo de preservar a meta de alcançar em 1997 um su-

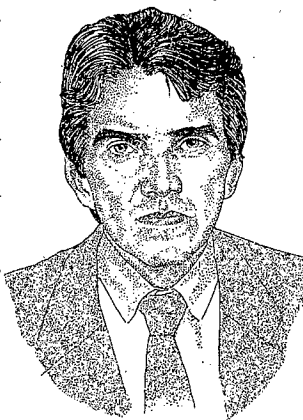
perávit primário de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do governo (Tesouro Nacional, Previdência Social e BC).

"O efeito fiscal total do aumento das taxas de juros dependerá de quanto tempo vai demorar a recuperação das reservas", disse o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, que calculou o impacto de R\$ 2 bilhões mensais na conta de juros reais. O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, ressaltou que o go-

de curto prazo", afirmou Barbosa.

O governo atingiu seu objetivo ao "colocar lá em cima" a taxa anual de juros, que passou de 20,69% para 43,4%, na avaliação de Velloso. "O capital externo tende a voltar porque o cupom cambial também cresceu, garantindo uma boa remuneração para os investidores internacionais". Mesmo assim, ele defende que é necessário o governo assumir urgentemente um compromisso mais firme com a redução do déficit público, retomando a reforma da Previdência. "É preciso uma ofensiva mais densa e não simples perfumaria, que só desgasta e não resolve o problema do déficit", afirmou.

Velloso constatou uma mudança na percepção do mercado em relação à desvalorização cambial já na última sexta-feira. Os movimentos daquele dia – o primeiro com as novas taxas



Raul Velloso

demonstraram que a desvalorização esperada pelo mercado futuro voltou a ser igual à sinalizada pelo governo antes da crise nas bolsas. Ele atribui a reação rápida do mercado também à postura do governo de ter arcado com as consequências negativas de uma alta tão brusca nas taxas de juros a um ano das eleições, nas quais o presidente da República é candidato à reeleição.

Por esses motivos, pelo menos por enquanto, não existem razões para se acreditar em uma maxidesvalorização cambial. "Isso colocaria por terra o Plano Real e a candidatura de Fernando Henrique à reeleição". Mas até que as reservas internacionais sejam recompostas – algumas estimativas apontam saídas de cerca de US\$ 8 bilhões entre segunda-feira e quinta-feira da semana passada – o custo da dívida pública de todo o setor público vai su-

bir cerca de R\$ 2 bilhões ao mês. Segundo dados do BC, em agosto último os governos federal, estadual, municipais e as estatais pagaram R\$ 2,9 bilhões de juros reais.

Pelas projeções de Velloso, a conta de juros reais, que estava prevista em R\$ 30,1 bilhões para este ano, ficará em R\$ 32,3 bilhões se as taxas emergenciais de juros vigorarem durante o período de 45 dias, por exemplo. Nesta hipótese, ele mantém sua previsão de déficit operacional (receitas menos despesas,

Economista descarta a possibilidade de o governo fazer uma maxidesvalorização, principalmente por causa das eleições

inclusive juros e correção monetária da dívida) de 3,3% do PIB neste ano e juros reais de 3,9% do PIB. Isso porque seus cálculos embutiam uma "gordura" de R\$ 3 bilhões. "Isso não quer dizer, porém, que o efeito mesmo neste período curto seja pequeno", enfatizou.

Além do alongamento dos prazos de resgate da dívida mobiliária federal – 8,18 meses em média –, o Tesouro Nacional conta ainda com outro fator positivo para reduzir o impacto da alta das taxas de juros nos serviços da dívida. O secretário-adjunto lembrou que dos R\$ 130 bilhões da dívida pública mobiliária federal, R\$ 75 bilhões – ou seja, a metade – são de papéis prefixados e que, portanto, não foram atingidos pela alta das taxas. Em agosto deste ano, o saldo da dívida fiscal líquida total do setor público atingiu R\$ 277,1 bilhões.

O Tesouro Nacional deverá fazer nesta semana um novo leilão de papéis indexados ao dólar, com prazo de resgate de cinco anos (NTN-D). Esses títulos, num total de R\$ 300 milhões, não foram aceitos no leilão realizado na última semana. O mercado preferiu as NTN-D de apenas três anos – foram colocados R\$ 500 milhões. Os dirigentes do Tesouro acharam cedo para analisar se este fato está relacionado ou não com possíveis dificuldades na continuidade do alongamento do perfil da dívida.